
ANEXO I

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE CONTEÚDO DE CADERNO DE ENCARGOS

1– **ABEL JOÃO MARQUES TORRES**, portador do C.C. número 09597300, residente na Rua do Caramol, nº 2, 3450-450 Mortágua, na qualidade de representante legal da Firma **SOCITOP UNIPessoal LDA**, número de identificação fiscal nº 504504754, com sede na Estrada Nacional 228, 3450-909 Mortágua, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“Freguesia de Pombal / Asfatação de Estradas e Caminhos na Freguesia (Arruamentos em Alto dos Crespos, Crespos, Monte da Cavadinha, Malhos, Afonsos, Cavadinha e Roussa) - Proc. Nº 14/2020”** declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado no caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Declaração Anexo I do CCP;
- b) Nota Justificativa do Preço;
- c) Memória Descritiva e Justificativa;
- d) Declaração referente ao disposto do nº 4 do artº60 do CCP;
- e) Lista de Preços Unitários;
- f) Proposta de Preço;
- g) Plano de trabalhos:
 - g1) Plano de Trabalhos;
 - g2) Plano de Mão-de-Obra;
 - g3) Plano de Equipamento;
 - g4) Plano de Pagamentos / Cronograma Financeiro;
- h) Outros documentos;

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Mortágua, 16 de março de 2020

socitop
Unipessoal, Lda.
A Gerência,
